



Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2014

## ✓ Nota Técnica CNFCP/Iphan

Assunto: **Processo 01450.017677/2010-21 referente ao Registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas**

À Sra. Coordenadora de Registro do Departamento de Patrimônio Imaterial, encaminho a seguinte Nota Técnica:

Trata-se de nota técnica referente ao pedido de Registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, apresentado inicialmente pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular - CNFCP, por meio do Memorando nº 245/2010, de 18 de novembro de 2010.

Acompanham o pedido: o Dossiê Iphan – Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas, o Inventário Nacional de Referências Culturais - INRC do bem, o CD-ROM do inventário e o vídeo *Cuias do Baixo Amazonas*, de 17 minutos, sobre o referido bem, enfatizando o conhecimento e a técnica nele envolvidos, além de contextualizá-lo na região.

O pedido de Registro foi submetido à Câmara do Patrimônio Imaterial em sua 19ª reunião, ocorrida em Brasília, em 29 de agosto de 2011, que decidiu pela pertinência do pedido e pela continuidade das providências para o reconhecimento do bem em questão, tendo em vista que a pesquisa e a documentação do bem proposto para reconhecimento haviam sido devidamente apresentadas.

O Inventário do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas teve início em 2003, no âmbito do Projeto *Cuias de Santarém*, então desenvolvido pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP em cinco comunidades tradicionais nas várzeas da região do Aritapera: Enseada do

Aritapera, Centro do Aritapera, Carapanatuba, Cabeça d'Onça e Surubim-Açu abrangendo os municípios de Monte Alegre e Santarém.

O Projeto *Cuias de Santarém* resultou de uma parceria do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Funarte/Minc com o Programa Artesanato Solidário, o Sebrae-PA e o Grupo Consciência Indígena, com patrocínio da Petrobrás Distribuidora. Foi desenvolvido, a partir de abril de 2002, envolvendo cerca de 50 artesãs produtoras de cuias tingidas e decoradas que constituem uma das principais referências da identidade cultural do estado do Pará.

Seguindo tecnologias tradicionais de matrizes indígenas, as cuias de Santarém/PA e das demais localidades pesquisadas são confeccionadas a partir dos frutos da árvore *Crescentia cujete*, conhecida localmente como cuieira, que são cortados ao meio, lixados, tratados, tingidos por pigmentos naturais e ornamentados com desenhos e incisos. Trata-se de um ofício tipicamente feminino, que recebe eventual ajuda masculina, principalmente na etapa do tingimento das cuias com o cumatê. A produção costuma ocorrer nos quintais das próprias casas, onde geralmente também cresce a cuieira.

Em 2003, o projeto *Cuias de Santarém* foi incorporado ao projeto *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, coordenado por Leticia Vianna, projeto piloto desenvolvido no período entre 2001 e 2006 pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Iphan/Minc com o objetivo de testar os então recém-instituídos instrumentos de salvaguarda para o Patrimônio Imaterial: o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e o Registro. Naquela ocasião, a publicação do Decreto 3551/2000 era recente e, por recomendação do Iphan, cabia testar os procedimentos desse instrumento para cada uma das categorias definidas logo após a instituição do Registro.

O conjunto de dados produzidos e sistematizados durante o projeto *Cuias de Santarém* foi adaptado

à metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC – e acrescido de outras informações, a partir de pesquisas histórica, bibliográfica, documental, etnográfica e de um levantamento sonoro-visual. No âmbito do projeto *Celebrações e Saberes da Cultura Popular*, as ações do inventário focalizaram os saberes e técnicas envolvidos no modo de fazer cuias em Santarém e Monte Alegre, os dois municípios no Baixo Amazonas, área delimitada para a aplicação do INRC, mais fortemente associados à produção artesanal das cuias. A Mesorregião Baixo Amazonas se compõe das Microregiões de Santarém, Almeirim e Óbidos.

O Município de Monte Alegre, situado na margem esquerda do Rio Amazonas, é considerado o berço desse artesanato, segundo registros escritos no século XVII. Até hoje, os montalegrenses são chamados de “pintacuias”. Segundo a estória que corre na região, os índios da antiga aldeia de Gurupatuba ensinaram o modo de fazer cuias a uma família negra, em agradecimento a um auxílio prestado a um dos seus que fora vítima de um acidente. Esse artesanato teria sido levado posteriormente para Santarém, onde vigorou ainda mais forte do que em Monte Alegre. Tanto Mário de Andrade (1939) quanto Câmara Cascudo (1958) fazem alusões à ‘cuias de Santarém’ e, atualmente, as várzeas de Santarém constituem o maior centro produtor de cuias.

O Município de Santarém situa-se à margem direita do rio Tapajós, na confluência deste com o rio Amazonas. A produção de cuias neste município ocorre principalmente nas comunidades das várzeas do rio Amazonas, mais especificamente na região do Aritapera, distante de Santarém de três a seis horas de viagem de barco. As cinco comunidades nas quais a metodologia do inventário foi aplicada - Centro do Aritapera, Carapanatuba, Enseada do Aritapera, Surubim-Açu e Cabeça d’Onça – distam entre si cerca de duas horas de viagem de barco. Nessa região, o desenvolvimento e a preservação dos saberes envolvidos na produção de cuias ficou nas mãos de mulheres ribeirinhas, descendentes de indígenas e de outros habitantes das várzeas do baixo curso do rio Amazonas.

Os dados sobre os municípios vizinhos que integram a micro região de Santarém, isto é, Alenquer, Belterra, Curuá, Placas e Prainha, revelam que ali a produção de cuias ocorre de forma eventual, sem a mesma robustez de Santarém. É de se esperar, entretanto, que a produção de conhecimento sobre o bem, a partir do Registro, chegue a um mais denso mapeamento, na medida em que a própria mobilização dos detentores e a visibilidade conferida à prática cultural o estimulem. O Jongo do Sudeste, registrado como Patrimônio Cultural do Brasil em 2005, tomou como referência 16 municípios nos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Desde o Registro, mais de 18 municípios que praticam o Jongo foram identificados somente no estado do Espírito Santo, alargando o âmbito das ações de salvaguarda.

Este é, sem dúvida, um dos méritos da política de Registro de bens culturais, na medida em que se trata de uma política notadamente inclusiva. O Registro contempla todos os detentores daquele saber ou fazer, mesmo que o processo de Registro em si tenha tomado como referência, para a descrição dos aspectos culturalmente relevantes do bem, apenas uma região, um estado, uma cidade ou uma localidade no Brasil. Bens de abrangência nacional, tais como a roda de capoeira ou o ofício das baianas de Acarajé, ainda são objeto de mapeamento de detentores em todo o território brasileiro, muito embora o Registro tenha tomado como referência, respectivamente, os estados de Pernambuco, Bahia, e Rio de Janeiro, e a cidade de Salvador.

Centrado, portanto, nessa área geográfica e cultural específica, o inventário do Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas reuniu informações sobre os saberes e fazeres em questão, transmitidos quase que exclusivamente na tradição oral das comunidades artesanais. A pesquisa sistematizou documentos, memórias, depoimentos, imagens e narrativas que esclarecem os diversos aspectos do modo tradicional de fazer cuias no Baixo Amazonas.



O inventário do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas foi realizado entre 2003 e 2005, sendo documentada a descrição detalhada de todas as etapas do processo de produção. Especificou-se cada procedimento utilizado na identificação, coleta, tratamento e manipulação das matérias-primas, desde a coleta do fruto da cuieira, até o tingimento e a ornamentação da peça, além de sua comercialização.

O inventário compõe-se de:

- Ficha de identificação de Sítio (Pará, Baixo Amazonas);
- Ficha de Identificação de Localidade (Santarém, Monte Alegre);
- Ficha de Identificação de Ofício e Modo de Fazer;
- Anexo 1. Bibliografia (com 74 referências inscritas);
- Anexo 2. Registros Audio-Visuais (com 28 registros inscritos);
- Anexo 3. Bens Culturais Inventariados (com 14 registros em Santarém e 17 em Monte Alegre);
- Anexo 4. Contatos (das principais artesãs, lideranças comunitárias e associação de artesãs).

Complementam o inventário:

- Catálogo da exposição *Cuias de Santarém*, realizada na Sala do Artista Popular do CNFCP, de 9 de janeiro a 9 de fevereiro de 2003.
- CD Rom *Cuias do Baixo Amazonas*;
- Documentário Audio-Visual *Cuias do Baixo Amazonas*.

Durante toda a pesquisa para o inventário, foram realizadas oficinas, feiras, exposições, reuniões e assembleias das artesãs e da população local, o que ressalta a anuência e a mobilização dos detentores do bem cultural no sentido do encaminhamento do pedido do Registro do Modo de Fazer Cuias como Patrimônio Cultural do Brasil.

cuia, somente poderá voltar ao seu estado natural após devorar sete virgens de nome Maria. Enquanto isso não acontece, tenta afogar banhistas e virar as embarcações que passam pelo rio.

As paredes internas curvas do fruto reverberam o som de sementes colocadas no interior. A acústica propicia seu aproveitamento como instrumento musical, de chocalhos a maracas e tambores. Associados a cordas, contas, sementes, fibras, metais, tiras de couro, entre outros materiais, os instrumentos musicais produzidos a partir de cabaças chegam a render sons requintados.

Por sua forma continente, os frutos prestam-se a objeto utilitário em larga escala. Esvaziadas de sua polpa, as cabaças transformam-se em jarras ou moringas, copos e colheres. Podem se tornar bacias para banho ou para lavar a roupa. Os frutos, cortados ao meio, como tigelas, servem para medir, servir ou dosar farinhas, líquidos e sementes. Acoplados a cabos de madeira viram coletores. Armazenam água e mantimentos para as jornadas de caçadores, vaqueiros, agricultores e viajantes, assim como fazem parte do dia-a-dia de pescadores, seringueiros, produtores de garapa e farinha de mandioca. No sul do Brasil, a cuia de chimarrão é feita de porongo, fruto da porongeira (*Lagenaria siceraria*), utilizado para receber a infusão de erva-mate. No norte do Brasil, especialmente no Pará, as cuias (produzidas a partir dos frutos da *Crescentia cujete*) são utilizadas como recipientes não só para água, chá, café, cachaça, açaí, mingaus, mas sobretudo para o tacacá, um dos pratos de referência cultural na região, servido pelas tacacazeiras exclusivamente em cuias.

O tacacá integra o sistema culinário da mandioca, em torno do qual se articula um conjunto de práticas e representações simbólicas. A goma e o tucupi, ingredientes do tacacá, são obtidos por meio do processamento da mandioca brava amarela, que é descascada, lavada e ralada. A massa resultante é diluída em água e, em seguida, fortemente comprimida, para se extrair a parte líquida, conhecida como *manipueira*. Desse sumo da mandioca resultaram, na culinária indígena, o molho de tucupi e o tacacá.

Para complementar o alimento, é preciso acrescentar jambu, camarão seco, pimenta de cheiro e temperos. O jambu (*Spilanthes oleracea L.*), também conhecido como agrião do pará, é uma planta herbácea de flores amarelas, encontrada nas várzeas de igarapés ou em locais de grande umidade. Trata-se de uma planta reconhecida como anestésica, diurética e digestiva, que provoca um leve adormecimento na boca. O camarão que complementa o tacacá é sempre empregado sem a cabeça, mas com a casca. Já a pimenta de cheiro (uma variedade de *Capsicum frutescens*), de cor amarela e odor marcante, é usada como condimento.

O consumo do tacacá se faz dentro de um ritual que inclui o preparo e montagem do mesmo, o momento do dia e a forma como é saboreado, os encontros pessoais que essa prática propicia, o que caracteriza um sistema culinário em torno do qual se articula um conjunto de práticas e representações simbólicas, inclusive o uso de cuias, recipiente ideal para saborear um alimento que não é líquido nem sólido, não é comido nem bebido, mas sim tomado com o auxílio de um palito para pinçar o camarão e o jambu.

As paredes externas da casca de cabaças e cuias podem ser decoradas e ornamentadas, recebendo desenhos, pinturas, riscos, rascunhos, incisões e incrustações. Cabaças podem ser envolvidas por couro, tecido ou metais. Podem ser pirografadas, queimadas, tingidas, escareadas ou pintadas. A arte de burilar a casca do fruto gera um incremento de significado pois a ornamentação também incorpora sentidos e valores associados a um modo de vida e a uma visão de mundo. Os incisos que ornamentam as cuias do Baixo Amazonas são assim referência cultural daquela região.

No aproveitamento dos frutos da cuieira, o modo de fazer cuias na região do Baixo Amazonas envolve uma série de processos complexos que requerem o domínio de técnicas e habilidades específicas, de matrizes indígenas, as quais têm sido preservadas particularmente nas comunidades

tradicionalis e que têm sido transmitidas de geração a geração.

As principais etapas da produção das cuias são: extração, corte e alisamento do fruto, tingimento e ornamentação. O processo inicia-se com a seleção e coleta dos frutos da cuieira (*Crescentia cujete*), árvore pertencente à família das bignoniáceas, abundante na região amazônica. Os frutos são divididos ao meio com o auxílio de uma faca. O miolo é retirado e as metades são postas na água para amolecer e facilitar a raspagem da casca, feita com escamas de pirarucu e, em seguida, com a folha da embaúba. As cuias devem ficar bem lisas, por dentro e por fora. Depois de lixadas, são lavadas e expostas ao sol para secagem.

A seguir, as cuias são tingidas com cumatê, um pigmento natural extraído da casca do cumatezeiro, que é rico em tanino. Trata-se de uma árvore só encontrada na região de terra firme, portanto longe das várzeas alagadiças. A obtenção desse pigmento geralmente cabe aos homens das comunidades produtoras de cuias, pois costuma requerer uma viagem que pode durar até uma semana.

Para extrair a tintura que chamam cumatê, a casca da árvore é posta de molho em água e levada a aquecer ao sol durante três a cinco dias. Ao final desse período, o molho é filtrado para retirar as impurezas. Depois, ele é passado por dentro e por fora das cuias secas, com um pincel feito penas de galinha amarradas. A operação é repetida diversas vezes, até que as peças adquiram uma coloração avermelhada bem escura, quando então são novamente colocadas para secar.

A fixação dessa tintura é feita a partir da reação com a amônia exalada da urina humana, uma reação química empregada há séculos pelas populações nativas da Amazônia e que atua sobre a tintura avermelhada do cumatê, enegrecendo-a. As cuias tingidas são levadas a um jirau preparado com uma camada de areia e cinzas, sobre a qual borriça-se urina humana. Por sobre essa camada, coloca-se uma cobertura de palha, de modo que as cuias não entrem diretamente em contato com a

urina. e, sobre a cobertura, ficam dispostas as cuias emborcadas e abafadas com um pano ou uma lona. A fixação da cor leva cerca de seis horas. A seguir, repete-se o processo, com as cuias desemborcadas, para que o tingimento seja fixado nos dois lados da cuia.

O corante, escurecido, assemelha-se a uma laca negra e brilhante. Por sobre essa laca, as cuias são finalmente ornamentadas com pequenas incisões feitas com a ponta de facas, tesouras, estiletes ou outros instrumentos cortantes. Dentre os padrões iconográficos inventariados, há quatro grupos de modelos usados nas incisões: florais, grafismos tapajônicos (que as artesãs de Santarém também chamam indígenas), paisagem (pinturas figurativas feitas com tintas industrializadas) e representações da fauna. A prática da pintura sobre a superfície tingida das cuias é mais comum na cidade. Na região delimitada pelo inventário, as artesãs utilizam os rascunhos para a ornamentação das cuias.

As diretrizes para um plano de salvaguarda, elaboradas a partir de demandas das próprias cueiras, se assemelham em muito às diretrizes para a salvaguarda de outros bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no Livro dos Saberes.

- Promoção de feiras, exposições e divulgação das cuias em circuitos qualificados de artesanato;
- Apoio na construção de espaços de trabalho e guarda de matérias-primas e peças prontas, a fim de possibilitar a formação de estoques para pronto atendimento a clientes;
- Apoio na formalização dos grupos para comércio autônomo do artesanato;
- Capacitação de artesãs e comunitários nas áreas de administração, contabilidade e gerenciamento de projetos e vendas;
- Parcerias com poder público, instituições de ensino e pesquisa e sociedade civil para implantação e manutenção de um Centro de Referência do artesanato tradicional da

região, visando a realização de exposições e vendas permanentes de artesanato.

- Ampliação e aprofundamento das pesquisas de padrões iconográficos aplicados em cuias no Baixo Amazonas, tanto a partir de peças museológicas quanto de produções contemporâneas;
- Sensibilização de instituições e estabelecimentos comerciais locais para adoção do uso das cuias como produtos privilegiados em escolas, restaurantes, bares;
- Em Santarém, apoio ao Ponto de Cultura do Aritapera para a formação e/ou manutenção de biblioteca comunitária e atividades de visitação turística;
- Em Monte Alegre, implantação de projeto de organização comunitária e estruturação de um circuito local de consumo das cuias.

Isso significa que, em última instância, uma política pública para a preservação e o fomento de saberes e fazeres deve, claro, estimular o conhecimento sobre o bem e contemplar estratégias para sua difusão e divulgação de modo a sensibilizar a sociedade mais ampla sobre os valores e significados que revestem tais saberes e fazeres. Porém, a preservação dos conhecimentos tradicionais que sustentam tais práticas e seu significado para as comunidades envolvidas exige um cuidado especial, durante o enfrentamento dos gargalos que estrangulam uma comercialização a preço justo. As estratégias voltadas para a devida agregação de valor às peças artesanais, assim como para sua divulgação e distribuição, devem resultar na inserção mais qualificada dessa produção nos mercados interno e externo, promovendo melhorias das condições de produção e comercialização.

Por sua vez, a demanda das cueiras pelo aprofundamento das pesquisas de padrões iconográficos aplicados em cuias no Baixo Amazonas ressalta uma consequente ampliação do conhecimento sobre o bem a partir do Registro, já ocorrida no caso de outros bens registrados. Em 2013, o Promoart publicou, na linha editorial *Cadernos de Memória*, o livro *'Divina Pastora: caminhos da renda*



*irlandesa'*, com a inclusão de um caderno de padrões para os debuxos da renda em torno de cinco modelos: antigos, ramos, flores, litúrgicos e traço único.

A produção de conhecimento sobre as cuias do Baixo Amazonas tem contado com o apoio do CNFCP não só no Projeto *Cuias de Santarém*, como também no Programa Sala do Artista Popular (SAP 108/2003) e no Programa de Promoção do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart). O Promoart, executado pela Acamufec por meio de convênio firmado com o Ministério da Cultura e apoio financeiro do BNDES, com a orientação conceitual e metodológica do CNFCP, incluiu as Cuias de Santarém entre os 60 pólos artesanais atendidos desde 2009.

Em 2011, o Promoart apresentou, em sua linha editorial, duas publicações relativas a este bem cultural: (a) *O artesanato de cuias em perspectiva – Santarém*, que inclui reflexões sobre os efeitos de novas lógicas de produção, difusão e comercialização nas comunidades artesanais tradicionais, além de um repertório de padrões iconográficos; e (b) *Almanaque Pitinga*, idealizado a partir de materiais produzidos por jovens moradores da região durante o curso Cultura e Educação Patrimonial, realizado pela Asarisan, no âmbito do Projeto Cultura Ribeirinha de Santarém, com recursos do edital 2004 do Programa Cultura Viva do MinC e parceria institucional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

É de se esperar que as ações no sentido de reconhecimento, valorização e salvaguarda dos saberes envolvidos no modo de fazer cuias no Baixo Amazonas possam contribuir para um conhecimento mais ampliado e aprofundado sobre este bem cultural pois que, assim como nos demais bens registrados, o argumento produzido para embasar o pedido de Registro não é, e nem poderia ser, exaustivo, em virtude mesmo da dinâmica própria das expressões e manifestações culturais, cuja fidelidade à tradição jamais a engessa, mas acolhe transformações, contextualizações e migrações.

A própria mobilização das cuieiras com relação ao pedido de Registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como Patrimônio Cultural do Brasil colaborou para uma construção coletiva do argumento em prol do registro, reunindo as artesãs, as comunidades e os pesquisadores em um esforço conjunto. A Associação das Artesãs Ribeirinhas de Santarém (ASARISAN) foi criada em maio de 2003 por 33 artesãs das comunidades envolvidas no Projeto *Cuias de Santarém*. Para formalização da associação, as artesãs contaram com recursos financeiros do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social e com apoio de pesquisadores e colaboradores do CNFCP e do Sebrae-PA.

Em 2005, a Asarisan captou recursos junto ao Ministério da Cultura, via edital público, para um projeto de implantação do Ponto de Cultura do Aritapera, no Centro do Aritapera. O projeto incluiu uma sala de leitura com biblioteca comunitária, além de espaços de reunião, produção, exposição e comercialização de cuias, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento das condições de trabalho, divulgação e comercialização da produção.

Além disso, as artesãs participaram ativamente do levantamento dos padrões iconográficos para a ornamentação das cuias. Quando o Projeto *Cuias de Santarém* teve início no Aritapera, poucas artesãs adotavam a prática do desenho e do inciso para a ornamentação das cuias, em função dos baixíssimos preços que suas peças obtinham no mercado local. Pesquisas em acervos museológicos identificaram padrões decorativos encontrados em cuias provenientes daquela região, principalmente em coleções do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, do Museu de Folclore Edison Carneiro, do Museu do Índio e do Museu Nacional.

Em decorrência de um trabalho de valorização da técnica do inciso nas cuias, as próprias artesãs iniciaram pesquisa nos materiais de que dispunham, aproveitando o repertório tradicional de desenhos feitos por suas mães e avós, entre os quais se destacavam anagramas, pássaros, frutas,



medalhões, estrelas, bandeiras, brasões, molduras, paisagens e motivos florais de estilo rococó, uma estética europeia da época da colonização. Levantaram padrões iconográficos sobre a fauna e a flora amazônicas além de motivos étnicos e regionais.

Deste repertório de desenhos, surgiu a inspiração para o elemento visual que compõe a marca mista (visual e nominal) Aira, como instrumento de agregação de valor à produção artesanal e de proteção à propriedade intelectual. O elemento visual da marca Aira, aprovado em reunião da Asarisan em 2004, foi desenvolvido por Audrin Santiafo como parte de um trabalho de suporte ao fortalecimento desta associação.

As artesãs da Asarisan tomaram a iniciativa de pleitear a certificação da **Aira** como marca coletiva junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). O pedido decorreu de uma oficina oferecida pelo INPI às artesãs, em setembro de 2010, com o objetivo de esclarecer os principais requisitos e benefícios envolvidos nessa certificação. O registro da primeira marca coletiva no estado do Pará - **Aira** – foi publicado na Revista da Propriedade Industrial (RPI) em 29 de abril de 2014. Aira, em tupi, significa *fazer incisão*, o que remete ao modo como os grafismos são inscritos na superfície das cuias. A marca coletiva é válida por 10 anos podendo ser renovada por períodos iguais e sucessivos. Somente poderão conter a marca as peças previamente aprovadas pela Associação, segundo critérios relativos a tamanho, forma, tingimento, ornamentação e acabamento.

Cabe assim enfatizar o empenho e a iniciativa das próprias artesãs em adotar medidas voltadas para a preservação e o aprimoramento de sua prática cultural, pois que, desde a mobilização inicial em torno do pedido de Registro, elas se constituíram em Associação, implantaram um Ponto de Cultura, desenvolveram novos processos de comercialização e certificaram o modo de fazer cuias junto ao INPI.



Enfim, o objeto do presente processo é plenamente procedente. O inventário que subsidia o pedido de Registro evidencia que o Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas constitui um saber tradicional, relacionado ao aproveitamento de recursos naturais disponíveis na região e preservado por populações do Baixo Amazonas desde pelo menos o século XVIII, conforme se pode verificar nos relatos escritos mais antigos sobre o tema. É no vínculo com o meio ambiente que se mantém a tradição, desde a escolha do fruto e o tingimento com corantes naturais até sua ornamentação por meio de incisos, o que torna as cuias do Baixo Amazonas mais do que objetos utilitários ou suportes de uma expressão artística, mas sim ícones de identidade cultural da região.

### Proposição do Registro

À vista de todo o exposto, propomos o encaminhamento ao Conselho Consultivo do Iphan do pedido de Registro do Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas como Patrimônio Cultural do Brasil, por sua inscrição no Livro dos Saberes, criado pelo Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000.

*Elisabeth Costa*  
**Elisabeth Costa**

Chefe da Divisão de Pesquisa/CNFCP/IPHAN